

POR UMA UNIVERSIDADE ***SOCIALMENTE RELEVANTE***¹

Where is the Life we have lost in living?
Where is the wisdom we have lost in knowledge?
Where is the knowledge we have lost in information?²

T. S. Eliot, *Choruses from the Rock*, Opening Stanza

Alex Fiúza de Mello
Naomar de Almeida Filho
Renato Janine Ribeiro

O desafio da Universidade Pública brasileira é triplo. Primeiro, atingir, todo o sistema, *padrão de qualidade* compatível com as exigências do mundo contemporâneo e com o estado de evolução e dinamização do conhecimento em todos os seus domínios de manifestação, incorporando os avanços pedagógicos compatíveis. Segundo, aproximar-se da *universalidade de acesso*, se não para todos os cidadãos e cidadãs que têm direito à educação plena, mas a todos e todas que demonstrarem vocação, aptidão e motivação para formar-se nos níveis superiores de educação. Terceiro, desenvolver, com o comprometimento orgânico de suas estruturas acadêmicas, *programas sociais relevantes*, capazes de contribuir para a solução de problemas nacionais inadiáveis, superando distintas modalidades de exclusão ou carência socialmente estrutural: sanitária, educacional, produtiva etc.

A primeira dimensão do desafio alinha a Universidade Pública brasileira aos parâmetros mundiais mais exigentes, referenciando-a internacionalmente e garantindo a *formação qualitativa e quantitativa de quadros competentes adequados às exigências do desenvolvimento nacional e do Cone Sul*, num contexto de globalização da economia e da sociedade. A segunda dimensão cumpre o destino histórico imaginado por Anísio Teixeira para a instituição universitária, tomando-a como instrumento de construção da democracia (Teixeira). A terceira dimensão, atenta aos contornos e dilemas da historicidade periférica, resgata para e pela Universidade o necessário e urgente realinhamento de sua práxis e configuração institucional, promovendo sua imersão nos contextos locais e projetando-a como *paradigma ético para o mundo*.

¹ Este artigo traz o mínimo de referências bibliográficas em notas de rodapé, pois as obras principais que o inspiraram encontram-se nas notas que apresentam os autores.

² Numa tradução imediata, “Onde está a Vida que perdemos vivendo? / Onde está a sabedoria que perdemos com o saber? / Onde está o conhecimento que perdemos na informação?”.

A combinação dessas dimensões pode servir de modelo para todas as instituições de educação superior situadas nos vários continentes e, a exemplo do Brasil, em condições ambientais de pobreza e de subdesenvolvimento. Além disso, poderá interpelar as demais que, na moldura dos países centrais, em condições de riqueza e de concentração progressiva da acumulação, pouco têm se sensibilizado e contribuído, na contemporaneidade, para a redução das desigualdades e injustiças entre os povos (cf. Sousa Santos).

Se uma universidade européia ou norte-americana pode dar-se ao luxo de exhibir, como principal distintivo, a *pertinência científica* – já que as ações sociais e as iniciativas de inovação tecnológica são assumidas pela forte e atuante sociedade civil ali presente –, a universidade brasileira precisa demonstrar, além da qualidade acadêmico-científica e sem de forma alguma renunciar a ela, *relevância social*. Justamente pela fragilidade da sociedade civil, no Brasil, a universidade tem o dever de ser culturalmente engajada, comprometida com a solução dos problemas da sociedade, com a superação da pobreza crônica, com o fim do analfabetismo, com a geração de alternativas econômicas. Pois, cumprir a Universidade parte da tarefa do estado e da sociedade civil não é uma questão de opção ideológica ou de voluntarismo: *é uma imposição de sua própria historicidade*.

Relevância social, em outros termos, significa igualmente não abdicar, a instituição universitária, de sua função pública primordial de espaço de preservação e renovação dos valores democráticos e republicanos; de arena do pensamento crítico e inquieto; de centro da vida intelectual que sustenta uma relação reflexiva e ativa com o mundo circundante. Isto porque, ainda que necessite, nos dias atuais, responder à demanda por pesquisas aplicadas ao desenvolvimento de processos e produtos requeridos pelos setores produtivos mais dinâmicos da sociedade, não pode a Universidade simplesmente sucumbir à lógica do mercado e silenciar diante das injustiças e desigualdades engendradas pela lógica da acumulação a qualquer preço.

A Universidade, por não ser empresa, rejeita o papel de máquina de produtividade econômica e de competitividade. Não pode se engarrar nas ruas do mercado. Pois nada substitui seu potencial crítico; sua autonomia de pensamento; sua capacidade de pronunciamento, em tom argumentativo, para a comunidade mais ampla; seu poder de disseminação da reflexividade; sua vocação por excelência de centro de criação, questionamento e crítica do mundo físico e social (e de si mesma). Nesse sentido, o conhecimento acumulado em seus ciclos de estudos, em seus laboratórios e grupos de pesquisa, por meio de programas de extensão e outras ações abertas à sociedade, também

precisa tornar-se patrimônio de todos, à disposição das comunidades e grupos locais, sobretudo das camadas sociais mais pobres, as quais, de outra forma, jamais teriam acesso a tais recursos.

A formação do profissional do século XXI impõe a superação de uma visão puramente instrumentalista ou tecnicista do conhecimento, rejeitando os reducionismos inerentes à linearidade e fragmentação do saber. Cabe à instituição acadêmica, matriz dessa mudança paradigmática, promover modelos mais abertos, interdisciplinares e engajados de processos educativo, cultural e científico. Além de especialistas competentes, é necessário formar indivíduos criativos, críticos, empreendedores e, sobretudo, *excelentes cidadãos*. Sim, porque para mudar o mundo, no novo milênio, já não basta formar profissionais competentes e cientistas produtivos (que podem inclusive reproduzir e ampliar, com perversa eficiência, desigualdades e injustiças existentes). É imprescindível formar, além de tudo, homens e mulheres comprometidos com a *ética da causa pública*, com as conseqüências da própria ação, com interesses republicanos. Nesta fórmula repousa o segredo de todo e qualquer salto civilizatório. É claro que não é obrigatório cursar o ensino superior para ser um bom cidadão. Mas, na Universidade que queremos, se não estiver bastante clara a responsabilidade dos alunos pela sociedade em que vivem e que os criou, a sua formação terá sido, sem dúvida, deficiente. Não queremos, enfim, profissionais autistas, mas sim sujeitos responsáveis pelo mundo em que vivem e que vão, cada vez mais, ajudar a construir.

Convém aqui propor um exemplo. Estamos todos de acordo em que a pesquisa procure promover o avanço tecnológico. Mas sabemos que a tecnologia é incorporada, pela sociedade, de maneira a beneficiar mais certos grupos e menos, outros. Ora, a maneira como as classes e grupos se apropriam dos ganhos de produtividade deve ser discutida em público. A universidade não pode furtar-se a debater quem é premiado por sua ação – ainda mais porque, em certos casos, o aumento de produtividade implica redução da mão de obra necessária e, portanto, desemprego. Para citarmos o geógrafo Aziz AbSaber, “toda questão tecnológica é questão de ciências humanas”³. Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, a tecnologia não é mera aplicação do avanço científico ao mundo da produção. Nessa aplicação, fazem-se escolhas. Elas têm de ser transparentes. Necessitam ser discutidas. Devem ser justas.

Como requisito para a consistência e alcance dessa perspectiva de ação pedagógica, impõe-se a construção de processos de conhecimento que situem o aluno em condições

³ Exposição na reunião do Conselho da SBPC em sua 53ª Reunião Anual, em julho de 2001, em Salvador, Bahia.

objetivas de percepção ampliada das relações intrínsecas entre teoria e realidade, idéia e práxis, formação e trabalho, profissão e compromisso social, superando-se o modelo dicotômico que tem prevalecido até agora. É fundamental que o estudante universitário do século XXI esteja atento à dialética das múltiplas dimensões interativas entre tempos e espaços, conhecimentos e interesses, vivências e práticas sociais que conformam os seres humanos e as sociedades como singulares e interdependentes, individuais e coletivos, desiguais e combinados, particulares e universais. Este sujeito epistêmico aprenderá que a vida humana – tendo as culturas das artes, das humanidades e das ciências como sua expressão mais atual – envolve relações sociais, políticas, culturais e éticas, não incorrendo, no limite, em qualquer conteúdo de neutralidade.

Conceber as ações acadêmicas sob novos paradigmas de formação exige a formulação de políticas pedagógicas que articulem, de forma inovadora, ensino, pesquisa e extensão, viabilizando a relação transformadora entre universidade e sociedade e mobilizando, para o ensino, possibilidades, metodologias e estratégias alternativas no exercício da aprendizagem e na construção do conhecimento.

À luz dessa perspectiva transformadora, torna-se imprescindível a inserção orgânica, nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, de *atividades acadêmicas voltadas para o cumprimento da relevância social*, comumente designadas como atividades de extensão universitária.

É sabido que alguns cursos já incorporam em seus projetos pedagógicos atividades de extensão, como é o caso dos estágios supervisionados; porém isso está restrito, efetivamente, a um pequeno número de exemplos. A extensão pode ainda ocorrer na forma de Atividades Complementares, previstas em normas curriculares, em alguns projetos pedagógicos ou em programas cuja abrangência pode transcender o ambiente do curso. Em qualquer caso, é desejável que tais atividades sejam incluídas estruturalmente nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação na condição de *atividade curricular obrigatória, estruturante da formação universitária*, e que o estudante brasileiro passe, necessariamente, por experiências dessa natureza em sua formação acadêmica.

Isso significa ir além da extensão pulverizada ou massificada. Ações de extensão são bem-vindas, mesmo quando pontuais. Contudo, o que propomos vai adiante – na mesma linha que a Capes adotou quando, por decisão de seu Conselho Técnico Científico, introduziu na

Avaliação Trienal um quesito de inserção social, que valoriza o que podemos chamar de extensão macro, isto é, não uma plêiade de pequenas ações sem nexos, mas ações de inserção ou impacto social que obedecem a uma estratégia e afetam globalmente o campo de ação conexo àquela área de conhecimento. Aqui, no tocante à graduação e à instituição de ensino superior, o que propomos é a possibilidade – e a necessidade – da Universidade mirar a sociedade como um todo e definir de que modo pode contribuir, estrategicamente, para o enfrentamento dos desafios nacionais, tanto nos níveis locais quanto nos planos gerais. É o que acontece, por exemplo, quando se definem projetos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, para viabilizar a vocação agrária do semi-árido nordestino, para a superação dos problemas de saúde coletiva, para reduzir nossa enorme dívida social ou controlar a poluição que se abate sobre as cidades e os campos. Nenhum desses projetos deve ser partidário ou partidizado, mas todos constituem contribuições importantes para a sociedade. E significam uma mudança no modo de entender a extensão que, de prima pobre da universidade, passa a ser o canal por onde se articulam universidade e sociedade. Aqui, sociedade deve ser entendida em sua complexidade e amplitude, incluindo tanto o mercado, como agente adequado para a produção e distribuição de certos bens e serviços, quanto outras formas de organização social, inclusive ONGs e movimentos sociais.

Com tal mudança de perspectiva, a Universidade Pública brasileira pode inaugurar um novo modelo para a graduação. Nessa moldura, seus alunos – que estudam gratuitamente graças ao investimento público – passarão a desenvolver, de fato e não apenas por intenção retórica, atividades de aprendizagem em outros lugares que nas salas de aula, por meio de participação ativa em programas de extensão de alta relevância social. Para viabilizar este objetivo maior, propomos as modalidades de *estágio social obrigatório* denominadas de **Atividade Curricular em Comunidade (ACC)** e **Atividade Curricular em Instituição (ACI)**, consolidando, assim, a formação universitária de forma interdisciplinar, multidimensional, reflexiva e, principalmente, engajada, habilitando os nossos alunos a lidar com problemas práticos e de interesse coletivo por meio da associação inteligente e criativa do conhecimento e da técnica.

Apenas a sala de aula não oferece possibilidade real de passagem da informação ao conhecimento – muito menos deste à sabedoria, como nos versos de T. S. Eliot. O contexto da aprendizagem deve ser um dos focos seminais de preocupação de todo e qualquer projeto pedagógico – e, portanto, substância de uma verdadeira reforma universitária. Não serão formados, no país, profissionais inovadores e comprometidos com a causa pública por meio de

métodos e técnicas de ensino presos na repetição, na mimese ou na simples clonagem de informação. As motivações à vontade de superação de adversidades, a sede de desenvolvimento, a formulação de novos problemas, a capacidade de questionar, criticar, compreender e inovar decorrem, quase sempre, da ambientação da aprendizagem e das oportunidades de aprender como aprender, sob orientação, por conta própria e em contato com a realidade circundante.

A superação da mentalidade colonizada, no Brasil, supõe uma Universidade comprometida com novos paradigmas de formação de suas futuras elites. Não há mais lugar para sujeitos passivos e conformistas ou para simples demandantes de emprego. O velho paradigma da obediência tornou-se obsoleto. A Universidade brasileira precisa ser capaz de educar cidadãos empreendedores e criativos, preparados para serem atores inovadores na sociedade, contudo *mestres da ação solidária*, num mundo de contrastes e injustiças e em constante transformação.

Não são triviais as dificuldades à apreensão do que está muito próximo de nós; da percepção do universal no singular e de elevação à universalidade do conhecimento e valores do particular. Na periferia, pensamos e refletimos por meio de padrões epistemológicos construídos alhures – que ora libertam, iluminam, ora colonizam, eclipsam. Por isso os objetivos e fins da Universidade devem ser estabelecidos a partir de uma dialógica social historicamente encarnada, culturalmente comprometida, e não simplesmente a partir de um compromisso abstrato e alienado com uma racionalidade desprovida de qualquer inserção social local, forjada no hemisfério de outros interesses e no contexto de diferentes historicidades e territorialidades. Fora desse diálogo, na ausência de compromisso com o desenvolvimento material e espiritual de sua própria sociedade – de quem deve ser expressão e fonte de esclarecimento –, na incapacidade de inovação pela subjugação ao simples mimetismo – que impede a utilização do conhecimento para fins criativos –, a academia brasileira resta alienada, supérflua, periférica, sem aura, sem sentido, sem identidade.

Impõe-se, dessa maneira, o envolvimento efetivo de nossos estudantes com os problemas reais do país (das periferias das grandes cidades às localidades interioranas mais afastadas). Conjugam-se, dessa forma, comunidades e instituições sociais como *ambientes de aprendizagem pedagogicamente promissores* não apenas à apreensão mais competente do saber já disponível, como (e sobretudo) propícios à *reflexão crítica sobre a realidade*

nacional e à produção de um saber autônomo – esta, sim, a ferramenta diferencial dos povos desenvolvidos.

Para que construamos, portanto, uma Universidade Pública *socialmente relevante*, requer-se *fomento suficiente, regular e sustentado a programas de extensão voltados, em todas as áreas do conhecimento, à solução e/ou assistência de problemas socialmente relevantes, direcionados, prioritária mas não exclusivamente, às populações de baixa renda, tais como*, na seguinte lista não exaustiva:

- alfabetização em massa;
- educação para o trabalho e a geração de renda;
- soluções tecnológicas para os problemas de saneamento básico, energia e produção em geral;
- empreendedorismo;
- cooperativismo;
- difusão da cultura e estímulos à criação cultural;
- promoção da saúde;
- instrução para o esporte, condicionamento físico, atitudes saudáveis em relação à vida, etc.

E, o mais importante de tudo: *utilizando-se, para tal, carga horária curricular regular, prevista no projeto pedagógico de cada curso, com atividades programadas durante o percurso formativo do estudante.*

Num primeiro momento, trata-se, portanto, de contribuir decididamente para enfrentar a miséria – e também a pobreza – que assolam o País. A mais longo prazo, porém, espera-se que, com um Brasil efetivamente mais justo, numa economia mais dinâmica e desenvolvida, a atividade social obrigatória prossiga, desdobrando suas outras potencialidades, na construção de um profissional do futuro que saiba, do conhecimento, extrair projetos de ação e de vida. Em outras palavras: num primeiro momento trata-se de resgatar-nos do legado injusto do passado; porém, a mais longo prazo – e talvez já desde este início –, estará em cena projetar um futuro emancipado desses grillhões, portador de projetos novos e humanamente libertadores.

Por se traduzir em medida ousada, o modelo requer uma reforma do paradigma curricular da educação superior brasileira, garantindo-se que pelo menos 10% do tempo de formação do discente (tal qual, aliás, prevê a LDB em seu artigo 43, incisos VI e VII) sejam creditados pelo engajamento nesses programas de ação social. O conjunto dessas medidas promoveria, a um só tempo:

- a) mudanças no modelo de formação das novas gerações e, conseqüentemente, da mentalidade das futuras elites dirigentes, ao sensibilizá-las, desde cedo, para os problemas sociais do país, no próprio contexto de sua educação universitária, assegurando um senso de responsabilidade pelo País que, infelizmente, faz ainda bastante falta na formação do aluno brasileiro;
- b) criação de vínculos orgânicos entre Universidade e Sociedade, permitindo que os desafios permanentes do desenvolvimento social comprometam e oxigenem os projetos pedagógicos dos vários cursos de graduação e pós-graduação e as linhas institucionais dos programas e grupos de pesquisa – ficando claro que a sociedade inclui o setor empresarial e seus valores, mas também as classes trabalhadoras, as organizações e os movimentos sociais, bem assim seus valores.

A finalidade última da presente proposta é a contribuição para uma **reforma universitária mais radical e substantiva**, sintonizada com os grandes desafios do país, gerando-se uma **Universidade mais cidadã**, atenta, de fato, à inovação e à qualidade, mas também socialmente compromissada com os brasileiros mais pobres, pelo menos enquanto a pobreza for a grande mazela nacional. Contudo, o Projeto vai além da pobreza e além das circunstâncias específicas de nosso país, desigual e injusto. Pretende ser um modelo novo de universidade, válido também em situações mais auspiciosas, porque propõe uma espécie de *contrato* entre a universidade e a sociedade, entre o cidadão que é aluno e o cidadão que, já formado, terá na instituição de ensino superior uma interlocutora permanente.

Todo este sistema estará articulado em uma rede inter-universitária de cooperação nacional, para que o sistema tenha visão tanto de globalidade quanto, igualmente, de singularidades regionais e locais, com zelo para que as iniciativas contribuam à diminuição das desigualdades regionais e entre populações e classes sociais, na afirmação de um pacto

federativo e de consensos nacionais capazes de viabilizar politicamente um país cada vez mais solidário, justo e democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. *A Universidade Nova – textos críticos e esperançosos*. Brasília: Editora UnB, Salvador: EDUFBA, 2007.

JANINE RIBEIRO, Renato (2000). *Humanidades – um novo curso na USP* (São Paulo: Edusp, 2000).

JANINE RIBEIRO, Renato (2003a). *A universidade e a vida atual – Fellini não via filmes*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2003.

JANINE RIBEIRO, Renato (2003b). *Por uma nova política*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

MELLO, Alex Fiúza de (2004). “Universidade Pública e Inserção Social”, in PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda (org), *Universidade e Democracia: Experiências e alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira*. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2004.

MELLO, Alex Fiúza de (2007). *Para Construir uma Universidade na Amazônia: realidade e utopia*. Editora Universitária/UFPA, 2007.

SOUSA SANTOS, Boaventura de (2005). *A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

TEIXEIRA, Anísio (2005). *Ensino Superior no Brasil. Análise e interpretação de sua evolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

RESUMO

Os autores propõem que nos cursos de graduação brasileiros se tenda a incluir um semestre de estágio social, de modo a formar os alunos com uma consciência de sua responsabilidade social pela aplicação do conhecimento adquirido. Criticam, no atual sistema educacional, a possibilidade de uma formação desvinculada da sua aplicação e apresentam este artigo como contribuição para um debate, que entendem necessário, sobre os efeitos práticos do conhecimento e da formação graduada. Finalmente, embora considerem que a desigualdade e injustiça sociais brasileiras tornem sua proposta prioritária, sustentam que ela não se esgota na questão da miséria e da pobreza, mas constitui um fator importante na proposta de um modelo novo de universidade, que nutra com a sociedade relações mais intensas.

NOTA SOBRE OS AUTORES

ALEX FIUZA DE MELLO é Reitor da Universidade Federal do Pará, Doutor em Ciências Sociais, Professor Associado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA, membro do Conselho Nacional de Educação (período de 2004 a 2008) e membro do Conselho Superior da Capes. Autor de

Universidade Pública e Inserção Social, in Peixoto, Maria do Carmo Lacerda (org), *Universidade e Democracia: Experiências e alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira*. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2004 e *Para Construir uma Universidade na Amazônia: realidade e utopia* (Editora Universitária/UFPA, 2007). Endereço institucional: Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rua Augusto Correa, nº 01, 66075.110. Belém, PA. e-mail: alexfm@ufpa.br.

NAOMAR DE ALMEIDA FILHO Reitor da Universidade Federal da Bahia. PhD em Epidemiologia, Professor Titular do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA. Pesquisador I-A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Autor de *A Universidade Nova – textos críticos e esperançosos* (Brasília: Editora UnB, Salvador: EDUFBA, 2007).

RENATO JANINE RIBEIRO é Ex-Diretor de Avaliação da Capes. Doutor em Filosofia. Professor Titular de Ética e Filosofia Política na Universidade de S. Paulo. Pesquisador 1-A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Líder do Grupo Temático “Questões sobre o Poder” na Fapesp (2003-7). Autor de *Humanidades – um novo curso na USP* (São Paulo: Edusp, 2000) e de *A universidade e a vida atual – Fellini não via filmes* (Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2003). Sua atual pesquisa trata de “Poder, *auctoritas* e força”. Endereço institucional: Caixa Postal 2530. São Paulo. e-mail rjanine@usp.br.